



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Central Eólica São Raimundo S.A

31 de dezembro de 2024

SUMÁRIO

Relatório da administração	03
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	04
Balancos patrimoniais	07
Demonstração do resultado	08
Demonstração do resultado abrangente	09
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	10
Demonstrações dos fluxos de caixa	11
1 Contexto operacional	12
2 Base de preparação e apresentação	12
3 Caixa e equivalentes de caixa	14
4 Aplicações financeiras	14
5 Contas a receber	15
6 Imobilizado	16
7 Tributos sobre o lucro	17
8 Fornecedores	19
9 Financiamentos	19
10 Provisão para compromissos futuros	21
11 Processos Judiciais	22
12 Patrimônio Líquido	23
13 Transações com partes relacionadas	24
14 Receita líquida	25
15 Custos e despesas operacionais	26
16 Receitas e despesas financeiras	26
17 Instrumentos financeiros	26
18 Compromissos	31
19 Informações complementares ao fluxo de caixa	31
20 Eventos Subsequentes	31

Relatório da Administração para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024

A Central Eólica São Raimundo S.A. registrou geração bruta de energia de 80.628,27 MWh em 2024, alcançando a receita líquida de R\$25,2 milhões no período. As compras de energia totalizaram R\$2,9 milhões, em decorrência das transações comerciais de curto prazo. A geração de caixa operacional, medida pelo EBITDA, foi de R\$16,9 milhões (margem EBITDA de 67,3%) e o lucro líquido registrou o valor de R\$5,7 milhões (margem líquida de 22,8%).



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Rua Paraíba, 550 - 12º andar - Bairro Funcionários
30130-141 - Belo Horizonte/MG - Brasil
Caixa Postal 3310 - CEP 30130-970 - Belo Horizonte/MG - Brasil
Telefone +55 (31) 2128-5700
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

**Aos Administradores e Diretores da
Central São Raimundo S.A.
Icapuí - CE**

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Central Eólica São Raimundo S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Central Eólica São Raimundo S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião

Ênfase – Transações com partes relacionadas

Chamamos a atenção para o fato que parte substancial das operações de venda de energia da Companhia é realizada com partes relacionadas, conforme descrito na nota explicativa nº 13 às demonstrações financeiras. Portanto, as demonstrações financeiras acima referidas devem ser lidas neste contexto. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte, 08 de abril de 2025

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC SP-014428/O-6 F-MG



Poliana Silveira Rodrigues
Contadora CRC MG-089473/O-0

Balanços patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, em milhares de reais.

ATIVO	Nota	31/12/2024	31/12/2023
CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	3	21.310	16.057
Aplicações financeiras	4	38	2.246
Contas a receber	5	2.231	2.289
Tributos a recuperar		1.368	2.375
Tributos a recuperar sobre o lucro	7	-	516
Outros ativos		2.382	1.679
Total do ativo circulante		27.329	25.162
NÃO CIRCULANTE			
Aplicações financeiras	4	7.712	3.965
Tributos a Recuperar		621	1.583
Imposto de renda e contribuição social diferido	7.1	951	915
Depósitos judiciais		12	11
Imobilizado	6	130.776	132.713
Intangível		735	864
Total do ativo não circulante		140.807	140.051
Total do ativo		168.136	165.213
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
	Nota	31/12/2024	31/12/2023
CIRCULANTE			
Fornecedores	8	2.721	1.804
Tributos a recolher sobre o lucro	7	102	-
Financiamentos	9	3.779	3.470
Arrendamentos		294	295
Provisão para compromissos futuros	10	19	65
Dividendos a pagar		3.718	2.934
Outros passivos		151	296
Total do passivo circulante		10.784	8.864
NÃO CIRCULANTE			
Financiamentos	9	43.439	46.652
Arrendamentos		2.858	3.060
Provisão para compromissos futuros	10	1.677	2.219
Total do passivo não circulante		47.974	51.931
Total dos passivos		58.758	60.795
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Capital social	12.a	96.200	96.200
Reservas de lucros		13.178	8.218
Total do patrimônio líquido		109.378	104.418
Total do passivo e do patrimônio líquido		168.136	165.213

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



Demonstrações do resultado

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, em milhares de reais, exceto quando informado de outra forma.

	Nota	31/12/2024	31/12/2023
RECEITA LÍQUIDA	14	25.204	20.787
TOTAL DOS CUSTOS OPERACIONAIS	15.a	(15.569)	(14.501)
LUCRO BRUTO		9.635	6.286
Despesas gerais e administrativas		(380)	(268)
TOTAL DAS DESPESAS OPERACIONAIS	15.b	(380)	(268)
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E IMPOSTOS		9.255	6.018
Receitas financeiras	16	2.671	2.247
Despesas financeiras	16	(4.963)	(5.409)
RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS		6.963	2.856
Imposto de renda e contribuição social correntes	7.2	(1.255)	(775)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	7.2	36	309
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		5.744	2.390

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do resultado abrangente

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, em milhares de reais.

	31/12/2024	31/12/2023
Lucro líquido do exercício	5.744	2.390
Total do resultado abrangente do exercício	5.744	2.390

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, em milhares de reais.

	Nota	Reserva de lucros				Lucros acumulados	Total
		Capital social	Reserva legal	Reserva de incentivos fiscais	Reserva de retenção de lucros		
Em 31 de dezembro de 2022		96.200	639	3.206	2.341	-	102.386
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	2.390	2.390
Reserva legal	12.b	-	120	-	-	(120)	-
Reserva de incentivos fiscais	12.c	-	-	838	-	(838)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	12.e	-	-	-	-	(358)	(358)
Constituição de reserva de lucros	12.d	-	-	-	1.074	(1.074)	-
Em 31 de dezembro de 2023		96.200	759	4.044	3.415	-	104.418
Reversão de reserva de lucros		-	-	(383)	383	-	-
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	5.744	5.744
Reserva legal	12.b	-	240	-	-	(240)	-
Reserva de incentivos fiscais	12.c	-	-	938	-	(938)	-
Reversão de dividendos de exercício anterior	12.e	-	-	-	358	-	358
Dividendos mínimos obrigatórios		-	-	-	-	(1.142)	(1.142)
Constituição de reserva de lucros	12.d	-	-	-	3.424	(3.424)	-
Em 31 de dezembro de 2024		96.200	999	4.599	7.580	-	109.378

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, em milhares de reais.

	Nota	31/12/2024	31/12/2023
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Lucro líquido do exercício		5.744	2.390
Ajustes por:			
Depreciação e amortização		7.329	7.364
Baixas líquidas de imobilizado e intangível		-	235
Juros, variações monetárias e outras variações financeiras		4.957	5.295
Imposto de renda e contribuição social	7.2	1.219	466
		19.249	15.750
Variação de ativos e passivos			
Contas a receber		58	(119)
Tributos a recuperar		1.969	2.085
Tributos a recuperar sobre o lucro		(226)	(154)
Outros ativos		(703)	(984)
Fornecedores		8	601
Outros passivos		(557)	(521)
		549	908
Caixa gerado pelas operações		19.798	16.658
Juros pagos	9	(4.047)	(4.282)
Pagamentos compromissos futuros	10	(169)	(136)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		15.582	12.240
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Adições no imobilizado e no intangível		(5.074)	(648)
Novas aplicações financeiras		(54.504)	(34.660)
Resgates de aplicações financeiras		52.965	35.798
Caixa líquido (consumido) e gerados nas atividades de investimento		(6.613)	490
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Pagamentos de financiamentos	9	(3.407)	(3.117)
Pagamentos de arrendamentos		(309)	(305)
Pagamento de dividendos	12.e	-	(1.640)
Caixa líquido consumido pelas atividades de financiamento		(3.716)	(5.062)
Variação líquida de caixa e equivalentes de caixa		5.253	7.668
No início do exercício	3	16.057	8.389
No fim do exercício	3	21.310	16.057
Aumento de caixa e equivalentes de caixa		5.253	7.668

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma.

1 | Contexto operacional

A Central Eólica São Raimundo S.A. (“Companhia “ou “EOL São Raimundo”), é uma sociedade por ações de capital fechado constituída com o objetivo específico de construção, implantação, operação, manutenção e exploração de parque eólico localizado no Município de Icapuí, Estado do Ceará. A Companhia é controlada pela Aliança Geração de Energia S.A.

Em março de 2024, a Vale celebrou o contrato para aquisição da totalidade ações na Aliança Geração de Energia S.A. A conclusão da transação ocorreu em 13 de agosto de 2024, ocasionando na detenção da totalidade das ações emitidas pela Aliança. Como resultado, a nova controladora final da Companhia é a Vale S.A.

A Companhia obteve junto a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), resolução autorizativa nº 5.874 de 07 de junho de 2016, que autorizou a exploração, sob o regime de Produção Independente de Energia Elétrica, da EOL São Raimundo, localizada no município de Icapuí, no Estado do Ceará e possui capacidade instalada de 23,1 MW e garantia física de 11,2 MW médios.

A EOL São Raimundo possui, em conjunto com Central Eólica Garrote S.A. (“Garrote”), Central Eólica Santo Inácio III S.A. (“Santo Inácio III”), e Central Eólica Santo Inácio IV S.A. (“Santo Inácio IV”) o projeto do parque eólico de Santo Inácio (“complexo eólico Santo Inácio”). A implantação do parque ocorreu no município de Icapuí, estado do Ceará, tendo este uma capacidade instalada total de 98,7 MW e energia assegurada de 46 MW médios.

A ANEEL, no uso das atribuições conferidas pela Resolução Normativa ANEEL nº 583 de 22 de outubro de 2013, resolveu, em novembro de 2017, liberar para início da operação comercial as unidades geradoras das Centrais Eólicas que compõe o Complexo Eólico Santo Inácio, sob despacho nº 4.039, sendo que partir da data de liberação a energia produzida pelas respectivas unidades geradoras foi disponibilizada no sistema. E em 29 de setembro de 2020, a EOL São Raimundo obteve a extensão da autorização, por meio da emissão da resolução autorizativa nº 9.244, de 30 anos para 35 anos, a contar da data de publicação da Resolução Autorizativa nº 5.874, com vencimento em maio de 2051.

Comercialização de energia

A Companhia possui contrato para venda da energia gerada no Ambiente de Contratação Livre (“ACL”). O atendimento desse contrato ocorre em conjunto com a energia gerada por todas as centrais eólicas do Complexo Santo Inácio.

2 | Base de preparação e apresentação

2.1 | Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (“BR GAAP”).

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC.

Todas as informações relevantes utilizadas pela Administração na gestão da Companhia estão evidenciadas nestas demonstrações financeiras.

Em 08 de abril de 2025, o Conselho de Administração aprovou a emissão das demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e autorizam a sua conclusão.

2.2 | Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico.

2.3 | Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras estão apresentadas em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

2.4 | Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras, de acordo com as normas do CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados que serão realizados podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua, utilizando como referência a experiência histórica e alterações relevantes de cenário que possam afetar a situação patrimonial e o resultado da Companhia nos itens aplicáveis. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

As principais estimativas e julgamentos relacionados às demonstrações financeiras assim como as informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 31 de dezembro de 2024 que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota 5 e 14 - Fornecimento não faturado de energia elétrica** - reconhecimento de receita: estimativa da expectativa de faturamento;
- **Nota 6 - Depreciação** - taxa de depreciação: vida útil dos ativos; e
- **Nota 6, 10 e 11 - Provisões** - mensuração da provisão: principais premissas utilizadas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos.

A Companhia não possui processos judiciais classificados como risco de perda provável ou possível que necessitem de divulgação e registro contábil.

2.5 | Políticas contábeis materiais

As políticas contábeis e estimativas materiais aplicadas a estas demonstrações financeiras estão incluídas nas respectivas notas explicativas, quando relevantes. As políticas contábeis materiais são consistentes em todos os exercícios apresentados.

2.6 | Novas normas e interpretações ainda não efetivas

Uma série de novas normas foram efetivas para exercício iniciado após 1º de janeiro de 2024. A administração da Companhia concluiu que para as normas abaixo, não tivemos impactos práticos materiais nestas demonstrações financeiras.

- Classificação de passivos como circulantes ou não circulantes e passivos não circulantes com *covenants* (alterações ao CPC 26/IAS 1 e CPC 23/IAS 8);
- Passivo de arrendamento em uma venda e *leaseback* (alterações ao CPC 06/IFRS 16); e
- Acordos de financiamento de fornecedores ("risco sacado") (alterações ao CPC 03/IAS 7 e CPC 40/IFRS 7);

Adicionalmente, algumas outras normas, alterações e interpretações contábeis foram emitidas recentemente, porém, ainda não estão em vigor ou não tiveram impacto material nestas demonstrações financeiras. A Companhia não adotou antecipadamente nenhuma norma, e não espera que estas normas gerem impacto material nas demonstrações financeiras de períodos subsequentes.

- Ausência de conversibilidade (alteração ao CPC 02/IAS 21);
- Classificação e mensuração de instrumentos financeiros (CPC 48/IFRS 9 e CPC 40/IFRS 7); e
- Apresentação e divulgação das demonstrações contábeis (CPC 26/IFRS 18).

2.7 | Informações por segmentos

A Companhia possui um único segmento operacional, o segmento de geração e venda de energia, e seu desempenho é avaliado como uma única unidade de negócios para fins operacionais, comerciais, gerenciais e administrativos, sendo os resultados monitorados e avaliados centralmente pelos gestores da Companhia e suas demonstrações do resultado reflete essa atividade. Desta maneira, a Administração acredita que suas demonstrações do resultado, e as demais informações constantes nestas notas explicativas, apresentam as informações requeridas sobre seu único segmento operacional.

3 | Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2024	31/12/2023
Caixa e contas bancárias	13	14
Recursos mantidos em aplicações financeiras	21.297	16.043
	21.310	16.057

As aplicações financeiras são compostas substancialmente por Certificado de Depósito Bancário - CDB, que são acrescidos de rendimentos atrelados à variação do CDI, que variaram entre 98% e 102,75% em 31 de dezembro de 2024 (entre 98% e 105% em 31 de dezembro de 2023), conforme definido na contratação de cada operação.

Para detalhes sobre a exposição da Companhia a riscos de taxa de juros e análise de sensibilidade para ativos financeiros, veja nota a nota explicativa nº 17 - Instrumentos financeiros.

Política contábil

São compostos pelos numerários em espécie, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras com liquidez imediata e sem risco significativo de mudança de valor. Tais aplicações financeiras são mantidas com a finalidade de atender a compromissos de curto prazo, sendo mensuradas ao custo amortizado na data das demonstrações financeiras.

4 | Aplicações financeiras

	31/12/2024	31/12/2023
Recursos mantidos em aplicações financeiras ¹	38	-
Fundo de investimentos em cotas - FIC (caixa restrito) ²	7.712	6.211
	7.750	6.211
Ativo circulante	38	2.246
Ativo não circulante	7.712	3.965
	7.750	6.211

Administração não espera utilizar esses recursos financeiros, mantidos no circulante e não circulante, para atender compromissos operacionais de curto prazo (próximos três meses) e, portanto, encontram-se classificados separadamente ao restante das aplicações financeiras reconhecidas como caixa e equivalentes de caixa.

¹ Os Certificados de Depósito Bancário (CDB) são remunerados a um percentual atrelado ao Certificado de Depósito Interbancário (CDI), que variaram entre 98% e 103% em 31 de dezembro de 2024 (85% e 115% em 31 de dezembro 2023) conforme definido na contratação de cada operação.

² Os fundos de investimentos são compostos por cotas pós-fixadas, vinculadas a aplicações em fundos de renda fixa, títulos públicos e outros. A rentabilidade média ponderada em cada carteira equivale a 97,47% do CDI em 31 de dezembro de 2024 (97,83% do CDI em 31 de dezembro de 2023), conforme definido na contratação de cada operação. O montante

aplicado no fundo de investimento é mantido como caixa restrito para atender compromissos operacionais vinculados ao Finem BNDES.

Para cumprir com as obrigações determinadas no contrato de financiamento com o BNDES, a Companhia mantém em conta reserva do serviço da dívida três vezes o valor do último pagamento mensal ao BNDES e a Companhia prestadora dos serviços de operação e manutenção (O&M) do parque eólico. Os valores são debitados mensalmente nessa conta e posteriormente o recomposto pela Companhia. A Companhia não tem intenção de utilizar os recursos financeiros para atender compromissos de curto de prazo.

Política contábil

A Companhia utiliza a classificação das agências *Fitch Ratings (Fitch)*, *Moody's* ou *Standard & Poor's (S&P)* para identificar os bancos elegíveis de recebimento dos recursos. Eles devem atender a estes parâmetros: (i) patrimônio líquido de no mínimo R\$1 bilhão; e (ii) rating no mínimo equivalente a BBB-, em escala nacional.

Para detalhes sobre a Companhia a riscos de taxa de juros, risco de crédito e análise de sensibilidade para ativos financeiros veja nota explicativa nº 17 - Instrumentos financeiros.

5 | Contas a receber

	31/12/2024	31/12/2023
Industrial ou equivalente	2.231	1.709
Câmara de comercialização de energia elétrica	-	580
	2.231	2.289

O prazo médio de recebimento da energia vendida por meio de contratos é de, aproximadamente, 30 dias, contados do primeiro dia do mês subsequente à venda, enquanto o prazo dos valores liquidados na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) é de, aproximadamente, 45 dias. Desta forma, em 31 de dezembro de 2024 e 2023, o saldo do contas a receber da Companhia possuía títulos a vencer inferiores a 60 dias. Além disso, não possuía títulos vencidos e não há provisão para perda esperada. Para detalhes sobre a política do contas a receber e o risco de crédito da Companhia vejam notas explicativas nº 14 - Receita líquida e nº 17 - Instrumentos financeiros, respectivamente.

Política contábil

Contas a receber representam os valores a receber pela venda de energia da Companhia. São reconhecidas quando o recebimento do valor da contraprestação seja incondicional, ou seja, se fizer necessário apenas o transcorrer do tempo para sua ocorrência.

“Impairment”

Em relação ao “impairment” de ativos financeiros, o CPC 48 requer o modelo de perda esperada dos ativos financeiros. O modelo de perda esperada requer que a Companhia registre contabilmente a expectativa de perdas em ativos financeiros desde o seu reconhecimento inicial. Em outras palavras, não é necessário que o evento ocorra antes para que seja reconhecida a perda no crédito.

O modelo de perda esperada se aplica aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais. De acordo com o CPC 48, as provisões para perdas esperadas serão mensuradas em uma das seguintes bases:

- (i) Perdas de crédito esperadas para 12 meses, ou seja, perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data base; e
- (ii) Perdas de crédito esperadas para a vida inteira, ou seja, perdas de crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplência ao longo da vida esperada de um instrumento financeiro. Este é um dos modelos a

serem seguidos no caso de instrumentos financeiros que não contenham um componente significativo de financiamento, como é o caso dos ativos financeiros da Companhia.

6 | Imobilizado

A composição e a movimentação do ativo imobilizado para a Companhia é como segue:

	Custos com desmobilização	Edificações, obras civis e benfeitorias	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Imobilizado em curso (a)	Terrenos	TOTAL
Custo de aquisição							
Em 31/12/2022	908	5.824	159.403	48	5.254	3.570	175.007
Adições	300	-	-	-	445	-	745
Baixas	-	-	-	-	(33)	(62)	(95)
Em 31/12/2023	1.208	5.824	159.403	48	5.666	3.508	175.657
Adições	-	-	-	-	5.983	-	5.983
Baixas	(564)	-	-	-	-	(344)	(908)
Em 31/12/2024	644	5.824	159.403	48	11.649	3.164	180.732
Depreciação acumulada							
Em 31/12/2022	(337)	(1.033)	(33.498)	(15)	(415)	(404)	(35.702)
Adições	(26)	(198)	(6.770)	(3)	(136)	(109)	(7.242)
Em 31/12/2023	(363)	(1.231)	(40.268)	(18)	(551)	(513)	(42.944)
Adições	(31)	(198)	(6.766)	(3)	(136)	(103)	(7.237)
Baixas	56	-	-	-	-	169	225
Em 31/12/2024	(338)	(1.429)	(47.034)	(21)	(687)	(447)	(49.956)
Valor líquido							
Em 31/12/2023	845	4.593	119.135	30	5.115	2.995	132.713
Em 31/12/2024	306	4.395	112.369	27	10.962	2.717	130.776
Taxa média de depreciação	3,35%	3,40%	4,24%	6,25%	1,57%	3,09%	4,06%

(a) A depreciação apresentada no imobilizado em curso é referente as peças sobressalentes.

Custo com desmobilização (provisão)

A Companhia mantém reconhecido em seu imobilizado, a provisão dos custos decorrentes da desmobilização de seu parque eólico, com base no valor presente dos fluxos de caixa esperados para o cumprimento da obrigação de retirada dos ativos relacionados ao parque e de restauração do local ao final do prazo de autorização de operação. O saldo da provisão para desmobilização registrada no passivo não circulante em 31 de dezembro de 2024 é de R\$1.643 (R\$2.047 em 31 de dezembro de 2023).

Para detalhes sobre a provisão de desmobilização, veja nota nº 10 - Provisão para compromissos futuros.

Terrenos

A Companhia reconhece um ativo de “terreno” como um direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de “terreno” é mensurado inicialmente pelo custo e subsequentemente pelo custo menos depreciação acumulada. A taxa de depreciação aplicada neste ativo é calculada pelo prazo do contrato de arrendamento.

Política contábil

Reconhecimento e mensuração

Os bens do ativo imobilizado são avaliados pelo custo incorrido na data de sua aquisição ou formação, encargos financeiros capitalizados e deduzidos da depreciação acumulada. O custo inclui os gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. Para os ativos construídos pela Companhia são incluídos o custo de materiais e mão de obra direta, além de outros custos para colocar o ativo no local e condição necessários para que estejam em condições de operar de forma adequada.

Os juros e demais encargos financeiros incorridos de financiamentos vinculados às obras em andamento são apropriados às imobilizações em curso durante o período de construção.

Custos subsequentes

Os gastos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios futuros associados aos gastos serão auferidos pela Companhia.

O valor contábil dos bens substituídos é baixado, sendo que os gastos com reparos e manutenções são integralmente registrados em contrapartida ao resultado do exercício.

Os custos dos ativos imobilizados são deduzidos das depreciações acumuladas e das provisões para redução ao valor recuperável do ativo (“*impairment*”), quando aplicável.

Depreciação

A depreciação é calculada sobre o saldo das imobilizações em serviço pelo método linear, mediante aplicação das taxas determinadas pela ANEEL, que refletem a vida útil econômica estimada dos bens. Como, nas autorizações outorgadas para a Companhia, não há indenização no final da autorização, não é reconhecido qualquer valor residual e tais taxas são ajustadas para que todos os ativos sejam depreciados dentro do período da autorização.

Avaliação do valor de recuperação do imobilizado - Impairment

A Companhia avalia, em todo reporte, os bens do ativo imobilizado com a finalidade de identificar evidências que possam levar a perdas de valores não recuperáveis das respectivas unidades geradoras de caixa, ou ainda, quando eventos ou alterações significativas indicarem que os seus valores contábeis possam não ser recuperáveis. Se identificado que o valor contábil do ativo excede o seu valor recuperável, essa provisão para perda (“*impairment*”) é reconhecida no resultado do exercício. O valor recuperável de um ativo é o maior valor entre o seu valor em uso e o seu valor justo de venda, líquido dos custos necessários para a realização da venda. O valor em uso corresponde aos fluxos de caixa descontados, antes dos impostos, gerados pela utilização do ativo durante a sua vida útil.

Para os exercícios de 2024 e 2023, não foram identificados triggers de impairment no imobilizado e para o ativo intangível.

7 | Tributos sobre o lucro

A composição dos tributos sobre o lucro é como segue:

	31/12/2024	31/12/2023
Tributos a recuperar sobre o lucro		
Imposto de renda a recuperar	199	735
	199	735
Tributos a recolher sobre o lucro		
Contribuição social a recolher	(301)	(219)
	(301)	(219)
	(102)	516

7.1 | Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos

A Companhia possui obrigações e créditos tributários diferidos de Imposto de Renda, constituídos à alíquota de 25%, e Contribuição Social, constituídos à alíquota de 9%, referentes aos efeitos de diferenças temporárias relacionadas aos seguintes itens:

	31/12/2024	31/12/2023
Créditos tributários diferido		
Provisões para compromissos socioambientais futuros - ativo (a)	638	592
Provisões fornecedores	395	380
Arrendamento mercantil (CPC 06) - ativo (a)	210	175
	1.243	1.147
Obrigações tributárias diferidas		
Provisões para compromissos socioambientais futuros - passivo (a)	(240)	(190)
Arrendamento mercantil (CPC 06) - passivo (a)	(52)	(42)
	(292)	(232)
	951	915
	31/12/2024	31/12/2023
Saldo no início do exercício	915	606
Débitos alocados às demonstrações de resultados	(79)	309
Créditos alocados às demonstrações de resultados	115	-
Saldo no término do exercício	951	915

(a) Impostos diferidos relativos a ativos e passivos que surgem de uma única transação (alterações ao CPC 32/IAS 12): a Companhia aplicou as alterações que restringem o escopo da isenção de reconhecimento inicial para excluir transações que dão origem a diferenças temporárias iguais e compensatórias, por exemplo: provisões para compromissos futuros e arrendamento.

7.2 | Conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais, combinadas e das despesas de imposto de renda e contribuição social reconhecidas em resultado para os exercícios de 2024 e 2023 é conforme demonstrado a seguir:

	31/12/2024	31/12/2023
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	6.963	2.856
Alíquota vigente - imposto de renda e contribuição social	34%	34%
Efeito nominal esperado no resultado	(2.367)	(971)
Diferenças permanentes - efeitos fiscais incidentes sobre:		
Créditos tributários não constituídos	127	-
Incentivo fiscal da Sudene	938	486
Outros	83	19
Despesa no resultado	(1.219)	(466)
Imposto corrente	(1.255)	(775)
Imposto diferido	36	309
	(1.219)	(466)
Alíquota efetiva	18%	16%

Política contábil

Os tributos sobre o lucro são reconhecidos no resultado do exercício, exceto para transações reconhecidas diretamente no patrimônio líquido.

Lucro Real

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240 mil para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

O reconhecimento dos tributos sobre o lucro como diferidos é baseado nas diferenças temporárias entre o valor contábil e o valor para base fiscal dos ativos e passivos, bem como dos prejuízos fiscais apurados. Os tributos diferidos sobre o lucro são compensados quando existir um direito legalmente exequível sobre a mesma entidade tributável.

Os ativos fiscais diferidos decorrentes de perdas fiscais e diferenças temporárias não são reconhecidos quando não é provável que lucros tributáveis futuros estejam disponíveis contra os quais possam ser utilizadas nas diferenças temporárias ou prejuízos fiscais.

8 | Fornecedores

	31/12/2024	31/12/2023
Fornecedores de materiais e serviços - faturados	832	442
Fornecedores de materiais e serviços - provisão	1.857	1.362
Câmara de comercialização de energia elétrica	32	-
	2.721	1.804

O prazo médio de pagamento da Companhia é na média de 100 dias em 31 de dezembro de 2024 (77 dias em 31 de dezembro de 2023). E sobre os saldos não há incidência de juros.

Política contábil

Fornecedores são registrados inicialmente ao seu valor presente com contrapartida em conta específica do resultado. Para mais detalhes sobre a política dos fornecedores veja nota nº 17 - Instrumentos financeiros.

9 | Financiamentos

A composição dos financiamentos é como segue:

Descrição	Vencimento	Encargos anuais médios (%)	Moeda	31/12/2024	31/12/2023
Finem BNDES	16/01/2034	TJLP + 2,48%	R\$	47.218	50.122
Classificadas como:					
Passivo circulante				3.779	3.470
Passivo não circulante				43.439	46.652
				47.218	50.122

a. FINEM BNDES

Em 08 de dezembro de 2017 a Aliança Geração de Energia, sua subsidiária Aliança Eólica Santo Inácio Participações (“Aliança Eólica”) e então as suas controladas Central Eólica Santo Inácio III, Central Eólica Santo Inácio IV, Central Eólica São Raimundo e Central Eólica Garrote (“SPEs”) assinaram, em conjunto, o Contrato de Financiamento (“Contrato de Financiamento”) e o Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos, Administração de Contas e Outras Avenças (“Contrato de Cessão”), junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). O financiamento era condição

prevista no Plano de Negócios do complexo eólico Santo Inácio, possui volume financeiro de R\$67.903, prazo de pagamento em 16 anos e remuneração definida pela taxa TJLP + 2,48% ao ano.

Foram dados em garantia: (i) penhor da totalidade das ações da Aliança Eólica, (ii) penhor da totalidade das ações das SPEs, (iii) cessão fiduciária dos direitos creditórios provenientes dos contratos de compra e venda de energia das SPEs, (iv) cessão fiduciária de quaisquer outros direitos e/ou receitas das SPEs, (v) cessão fiduciária dos créditos que venham a ser depositados nas contas centralizadoras das SPEs e da Aliança Eólica, (vi) cessão fiduciária dos direitos emergentes da autorização das SPEs dada pela Aneel, (vii) cessão fiduciária dos direitos creditórios dos contratos de fornecimento, supervisão, montagem e comissionamento dos aerogeradores, (viii) cessão fiduciária dos direitos creditórios dos contratos de operação e manutenção do Parque Eólico Santo Inácio, (ix) penhor das máquinas e equipamentos das SPEs e, (x) prestação de fiança corporativa da Companhia, responsabilizando-se solidariamente pelo fiel e exato cumprimento de todas as obrigações assumidas até a liquidação total do contrato de financiamento.

1º Aditivo ao Contrato de Financiamento e ao Contrato de Cessão

Em 31 de maio de 2019 foi assinado o 1º Aditivo ao Contrato de Financiamento e o 1º Aditivo ao Contrato de Cessão que, dentre outras medidas, autorizou: (i) a incorporação da Aliança Eólica pela Aliança Geração; (ii) a redistribuição de obrigações da Aliança Eólica; (iii) a redistribuição de garantias relacionadas à Aliança Eólica; e (iv) a postergação do prazo máximo da emissão de debêntures previstas nos contratos.

2º Aditivo ao Contrato de Financiamento, 2º Aditivo ao Contrato de Cessão, Contrato de Penhor de Ações (“Contrato de Penhor de Ações”) e Contrato de Penhor de Máquinas e Equipamentos (“Contrato de Penhor de Máquinas e Equipamentos”)

Em 28 de junho de 2019 foram assinados o 2º Aditivo ao Contrato de Financiamento, o 2º Aditivo ao Contrato de Cessão, o Contrato de Penhor de Ações e o Contrato de Penhor de Equipamentos, junto ao BNDES e à Simplific Pavarini (com exceção do 2º Aditivo ao Contrato de Financiamento), sendo atribuído, dentre outras questões, a desconstituição e a constituição de garantias com vistas a permitir a extensão desses direitos em favor dos debenturistas da 2ª Emissão de Debêntures da Aliança, representados pelo Agente Fiduciário.

A movimentação dos financiamentos é como segue:

Saldo em 31 de dezembro de 2022	52.627
Encargos financeiros provisionados	4.894
Amortização do principal	(3.117)
Amortização de juros	(4.282)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	50.122
Encargos financeiros provisionados	4.550
Amortização do principal	(3.407)
Amortização de juros	(4.047)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	47.218

Referente a movimentação dos financiamentos no ano de 2024, apenas o montante de R\$4.550 (R\$4.894 em 31 de dezembro de 2023) não teve efeito de caixa.

O principal indexador utilizado para atualização monetária dos financiamentos teve as seguintes variações acumuladas anualizadas:

Indexador	31/12/2024	31/12/2023
TJLP	7,43%	6,43%

O vencimento dos financiamentos apresentado no passivo não circulante é conforme segue:

Evento	
2026	4.030
2027	4.372
2028	4.742
2029	6.116
2030	6.116
2031 a 2034	18.063
	43.439

b. COMPROMISSOS FINANCEIROS CONTRATUAIS (COVENANTS)

O contrato de dívida da Companhia possui cláusulas de compromissos financeiros contratuais (covenants) anuais.

Dentre as obrigações assumidas, comuns a este tipo de contrato, destaca-se a manutenção por parte das SPEs do Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD) em um nível igual ou superior a 1,3 (um inteiro e três décimos), medido e assegurado anualmente com base nos valores apurados nas demonstrações financeiras dos últimos doze meses. Caso deixe de atingir o ICSD exigido, as SPEs incorrerão em aumento do número de parcelas retidas nas contas reserva do serviço da dívida, que passarão de três vezes para seis vezes o valor do último pagamento mensal ao BNDES.

Política contábil

Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado (exceto em determinadas circunstâncias, que incluem determinados passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado) e atualizados pelos métodos de juros efetivos e encargos. Qualquer diferença entre o valor captado (líquido dos custos da transação) e o valor de liquidação, é reconhecida no resultado durante o período em que os instrumentos estejam em andamento, utilizando o método de taxa efetiva de juros. As taxas pagas na captação do empréstimo são reconhecidas como custos da transação.

Os juros de empréstimos e financiamento são capitalizados como parte do imobilizado se esses custos forem diretamente relacionados à um ativo qualificado. A capitalização ocorre até que o ativo qualificado esteja pronto para seu uso pretendido. Juros de empréstimos não capitalizados são reconhecidos no resultado do exercício que foram incorridos. Para mais detalhes sobre a política dos passivos financeiros veja nota nº 17 - Instrumentos financeiros.

10 | Provisão para compromissos futuros

A movimentação da provisão para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 é conforme segue:

	Provisão socioambiental	Desmantelamento	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2022	469	1.665	2.134
Adições (Baixas)	(142)	300	158
Pagamentos	(136)	-	(136)
Atualizações	46	82	128
Saldo em 31 de dezembro de 2023	237	2.047	2.284
Baixas	(37)	(509)	(546)
Pagamentos	(169)	-	(169)
Atualizações	22	105	127
Saldo em 31 de dezembro de 2024	53	1.643	1.696
		31/12/2024	31/12/2023
Passivo circulante		19	65
Passivo não circulante		1.677	2.219
		1.696	2.284

Considerando que: **(i)** a Companhia obtém licenças ambientais e, conseqüentemente, deve cumprir as obrigações nelas constantes para operar; **(ii)** essa obrigação decorre de eventos já ocorridos; e **(iii)** se espera que exista saída de recursos capazes de gerar benefícios econômicos futuros, a Companhia provisiona os custos socioambientais no passivo circulante, não circulante e incorpora tal custo no seu ativo intangível. Durante o prazo de vigência das licenças de operação tais custos são registrados no resultado.

A provisão é inicialmente mensurada ao seu valor justo e, posteriormente, é ajustada a valor presente e por mudança no valor ou na tempestividade dos fluxos de caixa estimados, os quais são considerados suficientes para os desembolsos futuros durante a fase de operação de seus empreendimentos em operação.

Os custos de desmobilização de ativos são provisionados com base no valor presente dos custos esperados para cumprir a obrigação, utilizando fluxos de caixa esperados, com base na melhor estimativa na data de reporte, e são reconhecidos em contrapartida dos custos do correspondente ativo. A atualização financeira da provisão é reconhecida na demonstração do resultado conforme incorrido. A provisão é revisada anualmente e quaisquer ajustes de estimativa são efetuados em contrapartida do custo do ativo.

A Companhia aplicou o ajuste a valor presente para mensuração do valor das provisões para compromissos futuros utilizando uma taxa média de desconto nominal de 11,10% em 31 de dezembro de 2024 (9,16% em 31 de dezembro de 2023).

Para maiores detalhes em relação ao reconhecimento da provisão de desmantelamento, vide nota explicativa nº 6 - Imobilizado.

Política contábil

As provisões são determinadas por meio do desconto dos fluxos de caixa futuros estimados a uma taxa antes de impostos que reflita as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo relacionado. Os efeitos do desreconhecimento do desconto pela passagem do tempo são reconhecidos no resultado como despesa financeira, e as alterações nos fluxos futuros estimados com a conseqüente alteração na taxa de desconto são reconhecidos no ativo da Companhia.

11 | Processos Judiciais

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 a Companhia não possui passivos contingentes, onde sua expectativa de perda é considerada provável.

A Companhia possui passivos contingentes referentes a processos judiciais para os quais acredita ter argumentos de mérito para a defesa judicial e que, portanto, sua expectativa de perda é considerada possível.

Segue abaixo a composição:

	31/12/2024	31/12/2023
Ambientais	1.029	828
Cíveis	151	124
Regulatórias	-	29
	1.180	981

Política contábil

Uma provisão é reconhecida para obrigações presentes (legal ou presumida) resultante de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável.

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada exercício de relatório, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa (em que o efeito do valor temporal do dinheiro é relevante).

Quando alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para liquidação de uma provisão são esperados que sejam recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável.

12 | Patrimônio Líquido

(a) Capital Social

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 o capital social da Companhia era de R\$96.200, dividido em 96.200.488 (noventa e seis milhões, duzentos mil e quatrocentos e oitenta e oito) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

A composição do capital da Companhia é conforme segue:

Acionista	31/12/2024		31/12/2023	
	(Nº de Ações)	(Em R\$)	(Nº de Ações)	(Em R\$)
Aliança Geração de Energia S.A.	96.200.488	96.200	96.200.488	96.200

(b) Reserva legal

De acordo com o art. 193 da Lei das Sociedades por Ações, a sociedade deve destinar 5% do lucro líquido apurado no exercício à constituição da reserva legal, até o limite de 20% do capital social.

A destinação é facultativa quando a reserva legal, somada as reservas de capital, superam em 30% do capital social. Em 2024, o saldo dessa reserva é de R\$999 (R\$759 em 31 de dezembro de 2023).

	31/12/2024	31/12/2023
Lucro líquido do exercício	5.744	2.390
Reserva de incentivos fiscais	(938)	(838)
Base de cálculo para reserva legal	4.806	1.552
Constituição da reserva legal (5% do lucro líquido do exercício)	240	120

(c) Reserva de incentivos fiscais

A MP nº 2.199 de 24 de agosto de 2001, alterada pela Lei nº 13.799 de 03 de janeiro de 2019, possibilita que as empresas situadas nas regiões de atuação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), reduzam o valor do imposto de renda devido para fins de investimentos em projetos de instalação, ampliação, modernização ou diversificação. Nesse contexto, a Sudene, reconhece o direito da Companhia à redução de 75% do Imposto sobre a renda e adicionais não restituíveis, calculados sobre o lucro da exploração na atividade de geração de energia elétrica. Em 31 de dezembro de 2024 foi constituído reserva no montante de R\$938 (R\$838 em 31 de dezembro de 2023).

(d) Reserva de retenção de lucros

De acordo com o art. 197 da Lei das Sociedades por Ações, no exercício em que o montante do dividendo obrigatório, calculado nos termos do estatuto ou do art. 202, ultrapassar a parcela realizada do lucro líquido do exercício, a assembleia geral poderá, por proposta dos órgãos de administração, destinar o excesso à constituição de reserva de lucros.

A administração é responsável pela destinação do lucro de acordo com o estatuto social ou seu instrumento legal e pela observância da legislação societária que trata do assunto e foi dado cumprimento ao estabelecido. Em 31 de dezembro de 2024, o montante de reserva de retenção de lucro é conforme segue:

	31/12/2024	31/12/2023
Lucro líquido do exercício	5.744	2.390
Constituição da reserva legal (5%)	(240)	(120)
Constituição da reserva de incentivos fiscais	(938)	(838)
Dividendos mínimos obrigatórios (25%)	(1.142)	(358)
Reserva de retenção de lucros	3.424	1.074

(e) Dividendos

A acionista é assegurada o dividendo mínimo estatutário de 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido ajustado nos termos da legislação societária brasileira, após a constituição da reserva legal, quando aplicável. Os lucros excedentes aos dividendos mínimos obrigatórios são transferidos para reserva de retenção lucros.

Durante o exercício de 2024, a Companhia não realizou pagamento a título de dividendos (R\$1.640 no exercício de 2023). Desta forma, em 31 de dezembro de 2024, o montante a pagar era de R\$3.718 (R\$2.934 em 31 de dezembro de 2023). Em 31 de dezembro de 2023, o saldo proposto para dividendos foi de R\$358, porém em março de 2024 foi aprovada a realocação deste saldo para reserva de retenção de lucros.

Política contábil

O incentivo fiscal do imposto de renda e, adicionais não restituíveis, são apurados e registrados no resultado do exercício como redução do imposto de renda, em atendimento ao Pronunciamento CPC 07 – Subvenção e Assistência Governamentais. A parcela do lucro decorrente de incentivos fiscais é objeto de destinação à reserva de lucro, denominada reserva de incentivos fiscais, em conformidade com o artigo 195-A da Lei nº 6.404/76, a qual somente poderá ser utilizada para aumento do capital social ou absorção de prejuízos. A Companhia goza deste incentivo fiscal, o qual está discriminado na nota explicativa nº 7 - Tributos sobre o lucro.

13 | Transações com partes relacionadas

Os principais saldos e transações com partes relacionadas da Companhia são como segue:

	ATIVO		PASSIVO		RECEITAS		DESPEASAS	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Aliança Geração de Energia S.A. (i)	3.803	-	3.804	3.006	-	-	959	862
Grupo Vale (ii)	2.231	1.709	-	-	27.042	25.700	-	-
Grupo Cemig (iii)	-	-	-	8	-	-	43	65
Central Eólica Santo Inácio III S.A. (iv)	-	55	-	-	-	-	(1.255)	(1.015)
Central Eólica Garrote S.A. (iv)	-	43	-	-	-	-	(988)	(802)
Central Eólica Santo Inácio IV S.A. (iv)	-	43	-	-	-	-	(988)	(802)
Central Eólica Gravier S.A. (iv)	-	92	-	-	-	-	(964)	(235)
	6.034	1.942	3.804	3.014	27.042	25.700	(3.193)	(1.927)

As principais transações com partes relacionadas referem-se a: (i) prestação de serviços com backoffice e dividendos a pagar; (ii) venda de energia, onde as condições foram estabelecidas com base em contratos firmado entre as partes; (iii) custos com TUST (Tarifa de uso do sistema de transmissão); e (iv) reembolsos de custos com O&M.

As transações entre partes relacionadas foram estabelecidas com base em condições negociadas entre as partes.

Conforme informado no contexto operacional, a Cemig foi considerada como parte relacionada até 13 de agosto de 2024, quando ocorreu a conclusão da transação da aquisição da Aliança Geração de Energia S.A.

Remuneração do pessoal-chave da Companhia

A remuneração do pessoal-chave da Administração é determinada e diretamente paga através da sua controladora Aliança Geração de Energia S.A. e rateada conforme contrato de prestação de serviços entre as Companhias.

Política contábil

A Companhia é controlada pela Aliança Geração de Energia, uma empresa de energia. As transações com partes relacionadas foram realizadas pela Companhia em termos equivalentes aos que prevalecem em transações de mercado, observando o preço e as condições usuais do mercado, portanto, essas transações estão em condições que não são menos favoráveis para a Companhia do que aquelas negociadas com terceiros.

14 | Receita Líquida

A composição da receita da Companhia é conforme segue:

	31/12/2024	31/12/2023
Fornecimento bruto de energia elétrica	27.042	25.700
Transações com energia na CCEE	953	926
Impostos e encargos incidentes sobre as receitas (a)	(2.791)	(5.839)
	25.204	20.787

a. IMPOSTOS E ENCARGOS INCIDENTES SOBRE AS RECEITAS

	31/12/2024	31/12/2023
Tributos sobre a receita		
PIS	(460)	(380)
COFINS	(2.119)	(1.748)
ICMS - substituição tributária ¹	(117)	(3.623)
	(2.696)	(5.751)
Encargos do consumidor		
Taxa de fiscalização dos serviços de energia elétrica	(95)	(88)
	(95)	(88)
	(2.791)	(5.839)

¹ O ICMS “substituição tributária” incide quando a energia comercializada é vendida com a finalidade de consumo por destinatário localizado em unidade da federação diferente daquela que Companhia se encontra.

Política contábil

De forma geral, para o negócio da Companhia no setor elétrico, as receitas são reconhecidas quando existem evidências convincentes de acordos, quando ocorre a entrega de energia, os preços são fixados ou determináveis, e o recebimento é razoavelmente assegurado, independente do efetivo recebimento do dinheiro.

As receitas de venda de energia são registradas com base na energia comercializada e nos preços especificados nos termos contratuais ou vigentes no mercado. O faturamento é feito em bases mensais. O fornecimento de energia não faturado, do período entre o último faturamento e o final de cada mês, é estimado com base na sazonalização prevista para cada um dos contratos. As diferenças entre os valores estimados e os realizados não têm sido relevantes e são contabilizadas no mês seguinte.

O fornecimento de energia ao sistema nacional interligado é registrado quando ocorre o fornecimento e é faturado mensalmente.

A Companhia auferir receitas provenientes pelo fornecimento de energia elétrica e reconhece a receita pelo valor justo da contraprestação a receber no momento que a energia é fornecida, mediante a multiplicação do montante de venda pela tarifa negociada/contratada.

15 | Custos e despesas operacionais

A composição dos custos e das despesas operacionais da Companhia é conforme segue:

a. CUSTOS OPERACIONAIS

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Depreciação e amortização	(7.329)	(7.364)
Energia elétrica comprada para revenda	(2.887)	(816)
Operação e manutenção	(2.399)	(2.862)
Encargos de uso da rede básica de transmissão	(1.238)	(1.196)
Serviços de terceiros	(1.088)	(1.095)
Outros Custos	(628)	(1.168)
	(15.569)	(14.501)

b. DESPESAS OPERACIONAIS

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Serviços de terceiros	(289)	(248)
Outras Despesas	(91)	(20)
	(380)	(268)

16 | Receitas e despesas financeiras

A composição do resultado financeiro é conforme segue:

	31/12/2024	31/12/2023
Receitas financeiras		
Rendimentos de aplicações financeiras	2.668	2.182
Outras receitas financeiras	3	65
	2.671	2.247
Despesas financeiras		
Encargos - financiamentos	(4.550)	(4.894)
Variações monetárias - provisões para compromissos futuros	(127)	(128)
Outras despesas financeiras	(286)	(387)
	(4.963)	(5.409)
	(2.292)	(3.162)

Política contábil

As receitas financeiras referem-se principalmente a receita de aplicação financeira, acréscimos moratórios em contas de energia elétrica e juros sobre outros ativos financeiros. A receita de juros é reconhecida no resultado através do método de juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem encargos de dívidas, variação cambial e variação monetária sobre financiamentos e juros sobre arrendamentos e outras despesas financeiras.

17 | Instrumentos financeiros

Ativos financeiros

A Administração reconhece os recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a entidade se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro, que não possua um componente de financiamento significativo, é inicialmente mensurado pelo valor justo acrescido, para um item que não é VJR (Valor justo por meio do resultado), dos custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um recebível sem um componente de financiamento significativo é inicialmente mensurado pelo preço da transação.

A Administração desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos, ou em que a Companhia não transfere nem retém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade e não detém o controle do ativo financeiro.

Classificação e mensuração subsequente

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado pelo custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (“VJORA”) ou ao valor justo por meio do resultado (“VJR”) com base tanto:

- (a) no modelo de negócios da entidade para a gestão dos ativos financeiros; quanto
- (b) nas características de fluxo de caixa contratual do ativo financeiro.

A Companhia mensura o ativo financeiro ao custo amortizado quando: (i) o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais; e (ii) os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

A Companhia mensura o ativo financeiro ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes quando: (i) o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e (ii) os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam exclusivamente pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

O ativo financeiro deve ser mensurado ao valor justo por meio do resultado, a menos que seja mensurado ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Entretanto, no reconhecimento inicial, a Companhia pode irrevogavelmente designar um ativo financeiro que, de outra forma, satisfaz os requisitos para serem mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR, se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma poderia surgir.

Os ativos financeiros não são reclassificados após seu reconhecimento inicial, a menos que a Companhia altere seu modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, caso em que todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do primeiro exercício subsequente à mudança no modelo de negócios.

Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados como mensurados ao custo amortizado ou VJR. Um passivo financeiro é classificado ao VJR se for classificado como mantido para negociação, caso seja um derivativo ou caso seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os passivos financeiros ao VJR são mensurados pelo valor justo e os ganhos e perdas líquidos, incluindo qualquer despesa de juros, são reconhecidos no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados ao custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Despesas com juros e ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado.

O Companhia desreconhece um passivo financeiro quando suas obrigações contratuais são baixadas ou canceladas ou expiram.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga

(incluindo quaisquer ativos não monetários transferidos ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

Compensação de saldos (“offsetting”)

Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tem um direito legal de compensar os valores e pretende liquidá-los em uma base líquida ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Os instrumentos financeiros da Companhia são reconhecidos inicialmente ao valor justo e mensurados de acordo com as classificações abaixo:

Ativos e passivos avaliados ao custo amortizado

- **Ativos financeiros:** encontram-se nesta categoria caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber, depósitos vinculados em litígios e outros ativos. São reconhecidos pelo seu valor nominal de realização e similares aos valores justos;
- **Passivos financeiros:** encontram-se nesta categoria os fornecedores, financiamentos, arrendamentos, dividendos a pagar e outros passivos. São mensurados pelo custo amortizado mediante a utilização do método da taxa de juros efetiva.

A Companhia considerou o valor justo de caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber, depósitos vinculados a litígios, outros ativos, fornecedores, arrendamentos, dividendos a pagar e outros passivos como próximos aos seus valores contábeis em razão da natureza e características desses instrumentos.

Categoria dos instrumentos financeiros

	31/12/2024		31/12/2023	
	Contábil	Valor Justo	Contábil	Valor Justo
Ativos financeiros:				
Custo amortizado				
Caixa e equivalentes de caixa	21.310	21.310	16.057	16.057
Aplicações financeiras	7.750	7.750	6.211	6.211
Contas a receber	2.231	2.231	2.289	2.289
Outros ativos	2.382	2.382	1.679	1.679
Depósitos vinculados a litígios	12	12	11	11
	33.685	33.685	26.247	26.247
Passivos financeiros:				
Avaliados ao custo amortizado				
Fornecedores	2.721	2.721	1.804	1.804
Financiamentos	47.218	37.682	50.122	42.282
Arrendamentos	3.152	3.152	3.355	3.355
Dividendos a pagar	3.718	3.718	2.934	2.934
Outros passivos	151	151	296	296
	56.960	47.424	58.511	50.671

Valor justo dos instrumentos financeiros

Nas operações envolvendo instrumentos financeiros somente foi identificado diferença relevante entre o valor apresentado no balanço patrimonial e o respectivo valor de mercado nos instrumentos financeiros abaixo apresentados. Essas diferenças ocorrem principalmente em virtude desse instrumento apresentar prazo de liquidação longos e custos diferenciados em relação às taxas de juros praticadas atualmente para contratos similares.

	31/12/2024		31/12/2023	
	Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
Passivos financeiros:				
Custo amortizado				
Financiamentos	47.218	37.682	50.122	41.589
	47.218	37.682	50.122	41.589

Métodos e técnicas de avaliação

A Companhia entende que valor justo de contas a receber e fornecedores, por possuir a maior parte dos seus vencimentos no curto prazo, já está refletido em seu valor contábil. Assim como os saldos de caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras mantidas até o vencimento entende-se que o seu valor justo é similar ao valor contábil registrado, pois estes têm taxas de juros indexadas à curva DI (Depósitos Interfinanceiros) que reflete as variações das condições de mercado.

Para os financiamentos e arrendamentos a Companhia mensura o valor justo através do valor presente dos fluxos projetados considerando as características contratuais de cada operação. A metodologia adotada consiste em calcular o valor presente dos fluxos futuros das dívidas.

Risco de taxas de câmbio

A Companhia não possui saldos em moedas estrangeiras relevantes, ou mesmo quaisquer direitos e/ou compromissos indexados à variação cambial.

Risco de taxa de juros

A Companhia está exposta ao risco de elevação da taxa de juros, em 31 de dezembro de 2024. Esta exposição ocorre em função do passivo de financiamentos (nota explicativa nº 9 - Financiamento) indexado à variação do TJLP.

As aplicações financeiras da Companhia foram alocadas em CDBs, rentabilizadas pelos CDI, reduzindo a exposição líquida em 31 de dezembro de 2024.

Adicionalmente, a totalidade dos contratos de venda de energia em vigor possui cláusula de reajuste inflacionário, com aplicação de IPCA, o que representa um hedge natural de longo prazo para as dívidas e as obrigações indexadas a índices atrelados à aceleração inflacionária, caso das dívidas vinculadas ao TJLP.

Análise de sensibilidade

No que se refere ao risco de elevação da taxa de juros mais relevante, os consultores econômicos da Companhia estimam que, em um cenário provável em 31 de dezembro de 2024, a TJLP acumulada para os financiamentos será de 7,43% e CDI será de 12,39% para as aplicações financeiras. A Companhia realizou uma análise de sensibilidade dos efeitos nos resultados advindos de uma elevação na taxa CDI de 25% e 50% em relação ao cenário base, considerados como Cenário I e II, respectivamente:

Descritivo	31/12/2024			
	Valor Contábil	Cenário Base CDI 12,39%	Cenário I CDI 15,49%	Cenário II CDI 18,59%
Ativo				
Aplicações financeiras (notas explicativas nº 3 e 4)	29.047	25.448	24.548	23.647
Ativo exposto	29.047	25.448	24.548	23.647
Efeito no resultado				
		(3.599)	(4.499)	(5.400)
Descritivo	31/12/2024			
	Valor Contábil	Cenário Base TJLP 7,43%	Cenário I TJLP 9,29%	Cenário II TJLP 11,15%
Passivo				
Financiamentos (nota explicativa nº 9)	(47.218)	(50.726)	(51.605)	(52.483)
Passivo exposto	(47.218)	(50.726)	(51.605)	(52.483)
Efeito no resultado				
		(3.508)	(4.387)	(5.265)
Efeito líquido da variação do CDI e da TJLP no Resultado				
		(7.107)	(8.886)	(10.665)

Risco de liquidez

A Companhia apresenta uma geração de caixa suficiente para cobrir suas exigências de caixa vinculadas às suas atividades operacionais.

A acionista da Companhia faz a administração do risco de liquidez, com um conjunto de metodologias, procedimentos e instrumentos coerentes com a complexidade do negócio e aplicados no controle permanente dos processos financeiros, a fim de se garantir o adequado gerenciamento dos riscos.

A acionista da Companhia administra o risco de liquidez acompanhando permanentemente o seu fluxo de caixa, numa visão orçamentária, que projeta os saldos mensalmente, para cada uma das operações, em um período de 12 meses, e de liquidez diária, que projeta os saldos diariamente para 180 dias.

As alocações de curto prazo obedecem, igualmente, a princípios rígidos manejando seus recursos em instituições financeiras de primeira linha, aplicados diretamente em CDBs ou operações compromissadas remuneradas pela taxa CDI.

Na gestão das aplicações, a Companhia busca obter rentabilidade nas operações a partir de uma rígida análise de crédito bancário, observando limites operacionais com bancos baseados em avaliações que levam em conta ratings, exposições e patrimônio. Busca também retorno trabalhando no alongamento de prazos das aplicações, sempre com base na premissa principal, que é o controle da liquidez.

O fluxo de pagamentos das obrigações da Companhia, com dívidas pactuadas com fornecedores, financiamentos e arrendamentos, pós e pré-fixadas, incluindo os juros futuros até a data dos vencimentos contratuais, podem ser observadas na tabela abaixo:

Descritivo ¹	Valor contábil	Fluxos de caixa contratuais				
		Total	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos
Fornecedores	2.721	2.721	2.721	-	-	-
Financiamentos	47.218	50.727	1.042	3.124	20.656	25.905
Arrendamentos	3.152	3.290	78	229	991	1.992
Dividendos a pagar	3.718	-	-	3.718	-	-
	47.976	50.815	1.972	9.995	16.581	22.267

¹ Os instrumentos financeiros à taxa de juros pós fixados.

Risco de aceleração do vencimento de dívidas

A Companhia possui contratos de financiamentos com cláusulas restritivas (covenants), normalmente aplicáveis às operações dessa natureza, relacionadas ao atingimento de indicadores de desempenho financeiro. Caso a Companhia não atenda a alguma destas cláusulas, a dívida poderá ter seus respectivos vencimentos adiantados. Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia cumpriu todas as cláusulas restritivas de seu contrato (nota explicativa nº 9 - Financiamentos).

Risco de crédito

Atualmente, os recebíveis da Companhia advêm de contratos firmados no mercado regulado, de volume de venda de energia realizada com partes relacionadas ou da liquidação no mercado de curto prazo. A liquidação dos contratos no mercado regulado é lastrada por um forte arcabouço regulatório que impõe rígidas sanções às distribuidoras inadimplentes. Na liquidação do contrato de venda de energia com parte relacionada entende-se que o risco de crédito é mitigado pelo interesse intrínseco da parte envolvida. Com relação às liquidações no mercado de curto prazo, o controle é feito pela própria CCEE que centraliza as operações dos principais agentes setoriais.

Dessa forma, o risco decorrente da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas, advindas da dificuldade de recebimento dos valores faturados a seus clientes, é considerado baixo. A Companhia faz um acompanhamento, - buscando reduzir a inadimplência, de forma individual, junto aos seus consumidores.

Também são estabelecidas negociações que viabilizem o recebimento dos créditos eventualmente em atraso.

No que se refere ao risco decorrente da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas, advindas da decretação de insolvência de instituição financeira em que mantenha depósitos é baixa, haja visto que a Companhia investe apenas em instituições de primeira linha e realiza uma criteriosa análise do risco associado a estas instituições, bem como ao risco associado aos produtos financeiros nos quais aplica.

A Companhia tem acesso às avaliações do risco da sua acionista no que diz respeito às contrapartes de instituições financeiras, estas análises são também realizadas com base nas políticas internas aprovadas pelos seus respectivos fóruns de definição de estratégias para gerenciamento dos riscos financeiros.

A Companhia avalia e dimensiona, além dos riscos de crédito das instituições, o risco de liquidez, o risco de mercado da carteira de investimentos e o risco operacional da tesouraria.

Todas as aplicações são realizadas em títulos financeiros que têm características de renda fixa, em sua maioria atrelados ao CDI. A Companhia não realiza operações que incorporem risco de volatilidade em suas demonstrações financeiras.

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima ao risco de crédito é a seguinte:

	31/12/2024	31/12/2023
Caixa e equivalentes de caixa	21.310	16.057
Aplicações financeiras	7.750	6.211
Contas a receber	2.231	2.289
Total da exposição	31.291	24.557

Riscos de escassez de vento

Esse risco decorre da possibilidade da falta de vento ocasionada por fatores naturais, o qual é minimizado em função das “jazidas de vento” do Brasil estarem entre as melhores do mundo, pois, além de contar com alta velocidade, os ventos são consideráveis bens estáveis, diferentes de certas regiões da Ásia e dos Estados Unidos, sujeitas a ciclones, tufões e outras turbulências.

18 | Compromissos

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia possuía os seguintes compromissos assumidos:

Contrato de operação e manutenção (O&M)

A Companhia assinou um contrato para operação e manutenção de seus aerogeradores com vencimento em outubro de 2027, o qual resultará em uma despesa total de R\$6.356 (R\$8.137 em 31 de dezembro de 2023).

Contrato de uso do sistema de transmissão (CUST)

Para o uso do sistema de transmissão e da rede básica, a Companhia mantém contrato com o Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS. O contrato tem vigência até o término da autorização da usina. Em 31.12.2024, o valor das obrigações futuras provenientes deste contrato totalizava R\$2.633 (R\$2.566 em 31 de dezembro de 2023).

Contrato de arrendamento

A Companhia possui ainda contratos de arrendamento com os proprietários das terras onde seus ativos estão implementados, estes arrendamentos preveem o pagamento de 1,5% da receita líquida por aerogerador implantado no terreno do arrendatário. A expectativa de desembolsos com a referida obrigação é R\$8.147 (R\$8.456 em 31 de dezembro de 2023).

19 | Informações complementares ao fluxo de caixa

As principais transações complementares ao fluxo de caixa foram as seguintes:

	31/12/2024	31/12/2023
Adição / (Baixa) em provisão para compromissos futuros - desmobilização	(509)	297
Fornecedores de imobilizado	909	-
Baixa em provisão para compromissos futuros – licença de operação	(37)	(139)
Baixa arrendamentos	(174)	-
	189	158

20 | Eventos Subsequentes

Em 31 de março de 2025 a Vale S.A. (“Vale”), informou que celebrou um acordo com a Global Infrastructure Partners (“GIP”) para estabelecer uma joint venture na Aliança Geração de Energia S.A., controladora integral da Companhia.

Uma vez concluída a transação, a Vale receberá aproximadamente US\$1 bilhão e deterá 30% na Join Venture enquanto a GIP terá os 70% restantes.

A transação está sujeita às condições precedentes usuais, incluindo a anuência ou a aprovação de órgãos regulatórios competentes.

DIRETORIA

Sandro Magno de Figueiredo e Horta
Diretor Técnico

Marcos Liberato do Nascimento
Diretor Administrativo

RESPONSÁVEL TÉCNICO

Rafael Lisboa Fernandes
Contador CRC/MG - 105611/O-3



A nova geração da energia.

PÁGINA DE AUTENTICAÇÃO

A Aliança Energia garante a integridade e a autenticidade deste documento nos termos do Artigo 10, § 1º, da MP nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001.

Confira o documento original através de seu smartphone:



Confira através da internet:

Passo 1 - Acesse o site:

<https://assinarweb.com.br/alianca/verificar>

Passo 2 - Digite o login: 0413393

Passo 3 - Digite a senha: 2X1300pH